



O espaço público de Brasília foi vetado, até pelo custo do transporte, às classes populares

Brasília

A capital que deveria ser o símbolo da ruptura com o passado de subdesenvolvimento

■ **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**, de James Holston. Tradução de Marcelo Coelho. Companhia das Letras, 332 páginas. Cr\$ 650.000

Carlos Amaral

Na história recente do Brasil, poucos momentos se assemelham àquele vivido no final dos anos 50 e início dos 60. A conjugação entre crescimento econômico e democracia política contribuía para gerar um clima de otimismo, reforçado por sucessos no campo esportivo e por uma intensa efervescência artística e cultural. A construção de Brasília (definida por JK como "meta-síntese" de seu governo) e sua inauguração em abril de 1960 deveriam coroar este quadro, representando, de forma mítica, a ruptura com o passado de subdesenvolvimento, em direção a uma nova era de modernidade e prosperidade.

Carlos Amaral é sociólogo e mestre em Planejamento Urbano e Regional

A revisão crítica dos mitos que cercaram a construção de Brasília é o objetivo do antropólogo americano James Holston em *A cidade modernista*, publicado originalmente em 1989 e editado agora no Brasil. Para ele, mais do que simbolizar uma nova era, Brasília deveria, segundo sua concepção original, contribuir para a transformação da sociedade brasileira, através da gestação (e posterior difusão para o restante do país) de uma nova forma de organização urbana, baseada em princípios igualitários e socializantes. Holston sustenta que, por trás dos projetos urbanísticos e arquitetônicos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, escondia-se uma proposta radical de mudança social.

Holston analisa a trajetória da arquitetura modernista e seu principal expoente, Le Corbusier, cujos ensinamentos influenciaram os planejadores de Brasília. O ponto de partida era a crítica ao estilo de desenvolvimento das cidades européias no final do século 19. Na visão modernista, as modificações engendradas pela Revolução Industrial e a especulação fundiária teriam levado à desestruturação do tecido urbano e social. A esta situação caótica, os modernistas antepunham o modelo de uma cidade racional, que deveria funcionar como unidade de produção taylorista. As funções essenciais da vida urbana (moradia, trabalho, lazer) deveriam, à semelhança das etapas da produção fabril, ser separadas e estandardizadas e, ao mesmo tempo, integradas harmonicamente por um planejamento globalizante.

Os modernistas sabiam que a adoção do seu modelo de cidade implicava mudanças na estrutura da sociedade burguesa. Não só o direito privado à propriedade do espaço deveria ser restringido em favor dos interesses coletivos, como as relações institucionais entre o público e o privado seriam redefinidas para se adequarem a um planejamento estatal. No limite, as proposições modernistas punham em xeque a essência da ordem social burguesa, na medida em que o planejamento eliminava a propriedade privada como base institucional da organização doméstica e

da ordem pública. Contudo, não se dispunham a aguardar pelas mudanças sociais que viabilizariam seus projetos. Ao contrário, viam na inovação arquitetônica um instrumento para criar novas práticas sociais, bem como coibir aquelas consideradas nocivas. A nova forma de organização do espaço não seria mero subproduto da transformação social. Impulsionaria a transformação, gerando novas formas de associação coletiva e hábitos individuais. Na visão de Holston, idênticos propósitos inspiraram os planejadores de Brasília.

Um exemplo dessas intenções pode ser visto no tratamento igualitário a ser dispensado aos futuros habitantes da cidade em relação às condições de moradia. O Plano Piloto previa que todos os moradores de Brasília, independente de condições sócio-econômicas, deveriam viver em unidades residenciais do mesmo tipo, morando na zona residencial planejada. A única diferença seria o tamanho dos apartamentos, destinando-se os maiores às famílias mais numerosas. Integrantes de distintos estratos sócio-econômicos residiriam nas mesmas superquadras, compartilhando áreas de lazer e os clubes de vizinhança. Além disso, o Plano Piloto proibia o surgimento de formas de moradia específicas para as camadas de baixa renda, visando a impedir a reprodução da estratificação sócio-espacial das demais cidades brasileiras.

A par dessas intenções igualitárias, o plano arquitetônico de Brasília trazia implícitas outras propostas de renovação social. A substituição das fachadas de concreto pelas de vidro transparente ajudaria a romper a dicotomia entre os domínios público e privado, emprestando nova qualidade às relações de vizinhança. A frente dos apartamentos, diferentemente do padrão usual, não deveria dar para o espaço externo e sim para o ambiente interno coletivo das superquadras.

O desenvolvimento de Brasília negou as pretensões de seus idealizadores. Passados 33 anos de sua fundação, Brasília reproduz a segregação espacial de outras metrópoles brasileiras. Mais do que isso, através de um mecanismo denominado por Holston de "paradoxo utópico", as circunstâncias de seu planejamento levaram a que a segregação assuma feição mais drástica do que em outras cidades. Enquanto nas áreas centrais de outras capitais observam-se bairros residenciais de elite na proximidade de favelas ou conglo-

ENTREVISTA / JAMES HOLSTON

James Holston,
professor de
antropologia na
Universidade da
Califórnia em San
Diego, dedicou seu
talento ao estudo de
Brasília pela
convicção de que a
cidade cristaliza os
grandes dilemas do
urbanismo. Ele vê
fragmentos de
Brasília em todas as
cidades. Acredita
que a lógica que a
produziu
transformou a
paisagem urbana do
mundo inteiro. "Nos
Estados Unidos, a
partir dos anos 70,
esta lógica esmagou
os velhos centros
urbanos e até os
subúrbios." A cidade
modernista que
Brasília representa
com tanta clareza
seria, em sua versão
americana, um
desastroso triunfo do
Atlântico ao
Pacífico. Mas, aos
46 anos, Holston
tem outra convicção:
a solução
pós-modernista, que
abandona a tentativa
de articular futuros
alternativos, é fácil
demais e tampouco é
válida. "Não se pode
abandonar o fator
utópico", diz. "É
preciso repensar o
projeto modernista,
enfatizando, ao invés
de descartar, os
paradoxos
utópicos."



Luciana Villas-Bôas

— Um projeto de cidade deve reproduzir as desigualdades da sociedade que vai abrigá-lo?

— De forma importante e inevitável, se quiser ter substância além do mundo imaginário do projeto. É o paradoxo utópico de Brasília. Deve-se de uma contradição inerente da utopia, inevitável em planejamentos que propõem um futuro alternativo: a necessidade de usar o que existe para alcançar o que é imaginado destrói a diferença utópica entre os dois, premissa do projeto. Embora inevitável, a contradição não é improductiva ou irreconciliável. Minha crítica baseia-se em várias fontes — nem sempre que Brasília pressuponha uma sociedade igualitária inexistente. Excluir o imaginário desta maneira é condenar o planejamento a acomodações do *status quo*. Rejeito esta paralisação. Critico o planejamento de Brasília porque não reconhece, aceita e tenta desenvolver produtivamente paradoxos utópicos de seu futuro imaginado. Tentou ser um plano sem contradições, sem conflitos.

— Como o senhor inclui a arquitetura de Brasília em sua crítica?

— Urbanistas pressupõem que suas intenções são mais ou menos perfei-

Luciana Villas-Bôas é editora do *Idéias*

tamente realizáveis em seus projetos. Esta pressuposição permite-lhes culpar forças externas se os planos dão errado (a ditadura, o racismo). Mas é importante analisar mais do que as intenções. É importante não avaliar as nos termos em que são propostas. Tento entender como as propostas arquitetônicas modernistas de Brasília estruturam a cidade construída: comparo alegações dos arquitetos com coerências e contradições internas do projeto. Avalio consequências pretendidas ou não sobre o desenvolvimento da sociedade brasiliense. Enfoco como o modernismo redefiniu funções chaves da vida urbana: trabalho, moradia, lazer, transportes; como estas redefinições foram projetadas para criar novas formas de percepção e experiência, associação coletiva, hábitos pessoais e cotidiano. Investigo o significado do projeto modernista de tráfego em termos da eliminação do sistema tradicional de ruas. O deslocamento resultante da vida social — das áreas públicas e ao ar livre em ruas e praças para lugares fechados e de elite dos shoppings, clubes, casas e superquadras — não só reproduz o espaço exterior e seus moradores em novo cenário interior. Interiorização e privatização estratificam o espaço e o público que o usa de forma a perversificar as intenções declaradas do modernismo. A arquitetura modernista

hoje é usada para criar espaços fortificados no mundo todo — mostrando que, embora não haja correlação simples entre política e forma, os princípios modernistas têm consequências sociais poderosas e irremediáveis, atraentes para certas agendas políticas.

— Ainda há espaço para a arquitetura e o urbanismo utópicos?

— Mencionei o risco do paradoxo que corre os projetos utópicos: ou permanecem desconectados das condições que geraram a vontade de realizá-los, ou exacerbam pontos que queriam negar. Isso acontece com suficiente frequência no urbanismo modernista para nos sentirmos justificados em repudiar seu projeto utópico e pedir uma alternativa. Mas, sem o fator utópico, os planos permanecem trancados na prisão de inaceitáveis condições existentes. A eliminação do desejo de um futuro alternativo não seria tão opressivo quanto sua perversão modernista? Rejeito a fácil solução pós-modernista, que abandona a tentativa de articular futuros alternativos. Se a utopia é indispensável, embora também capaz de produzir monumentais desconexões, quais as possibilidades de uma produção intelectual no sentido de construir a imagem de um mundo diferente? Que tipos de intervenção na cidade podem sugerir futuros alternativos sem impor uma teleologia que desincorpora o presente e o cotidiano? Americanos e brasileiros já negam suas cidades (ou privatizam, balcanizam-nas), abandonando-as ao desespero. Rejeitam a ideia de uma sociedade que possa ser planejada e aprimorada. Estas questões enfrentam difíceis condições atuais do planejamento urbano, nos EUA e um pouco menos no Brasil: a incapacidade da profissão de desenvolver um imaginário que retenha a noção de um novo coletivo e seu futuro alternativo, e a proliferação de noções pós-modernistas como a do *parque-tema* (Disneylandia como protótipo), sintomática de uma relutância politicamente manipulada. Sugiro repensar o projeto modernista enfatizando, em vez de descartar, os paradoxos utópicos.

merados de baixa renda, em Brasília, a inexistência de moradias diferenciadas e o rigoroso controle do uso do solo pelo Estado impossibilitaram a presença de pobres na região compreendida pelo Plano Piloto. Não é de estranhar que, enquanto nas regiões metropolitanas do Rio e São Paulo menos de 40% da população residam na periferia, em Brasília 75% morem em cidades satélites. Como diz Holston, "[os planejadores] ao combinar as contradições básicas das premissas de Brasília, criaram uma versão exagerada — quase uma caricatura — daquilo de que procuravam escapar. Fizeram de Brasília um exemplo de estratificação social e espacial."

Um dos fatores que levaram à reversão dos princi-

pios igualitários do plano original foi a forma de gestão do espaço urbano adotada pelo Estado, em particular a distribuição das unidades residenciais na área do Plano Piloto. Desde o primeiro momento, as residências foram destinadas exclusivamente aos funcionários públicos federais transferidos para Brasília, com a consequente discriminação dos *candangos*, que, à falta de alternativas, criaram acampamentos ilegais na periferia da cidade, mais tarde transformados em cidades satélites.

A partir de 1965, com o início da privatização das residências funcionais, o processo de segregação espacial baseado na renda ganha novo impulso. Se até